

ENSINAR GEOGRAFIA CONTRA A BARBÁRIE - Manifesto em defesa da ciência e do trabalho docente em tempos de pandemia da Covid-19

TEACHING GEOGRAPHY AGAINST BARBARISM - Manifest in defense of science and teaching work in times of the Covid- 19 pandemic

LORENA LOPES PEREIRA BONOMO

Doutora em Educação (UFF)

Professora do Departamento de Geografia (FEBF/UERJ)

lorenbonomo@hotmail.com

RESUMO: A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS NOS CONVOCA A INÚMEROS RACIOCÍNIOS QUE EXIGEM *PENSAR PELO ESPAÇO*. DESDE A LOCALIZAÇÃO DOS FENÔMENOS, MAS PARA MUITO ALÉM DELA, APRESENTA-SE PARA NÓS UMA *SITUAÇÃO GEOGRÁFICA*. NESSE ARTIGO, ESTAMOS MOBILIZADOS PELAS CONSEQUÊNCIAS DAS CRISES SANITÁRIAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS QUE A PANDEMIA EVIDENCIA PARA AS REFLEXÕES DO ENSINO DE GEOGRAFIA E PARA O TRABALHO DOCENTE, COMPREENDENDO QUE, INÚMERAS DELAS, JÁ ESTAVAM POSTAS ANTERIORMENTE A ESSE PERÍODO. O ARTIGO É COMUNICADO EM TRÊS SEÇÕES, SEGUIDAS DA CONCLUSÃO. A PRIMEIRA SEÇÃO SE DESTINA A UMA IDENTIFICAÇÃO DOS ATAQUES AO MÉTODO CIENTÍFICO E ÀS CIÊNCIAS COMO EXPRESSÃO DA BARBÁRIE QUE VIVENCIAMOS. NA SEGUNDA SEÇÃO, REALIZAMOS UM REFORÇO DE RESGATE DAS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO HISTORICAMENTE PRODUZIDO PELA GEOGRAFIA PARA COMPREENDER O EVENTO PANDÊMICO. NA TERCEIRA SEÇÃO, O FOCO É AJUSTADO PARA AS IMPLICAÇÕES DESSES TEMPOS PARA A DOCÊNCIA, DIALOGANDO COM NARRATIVAS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, QUE PROBLEMATIZAM A EAD COMO RESPOSTA AO FAZER DOS PROFESSORES, TANTO NO QUE SE REFERE ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUANTO ÀS CONDIÇÕES LABORAIS, CONTRARIANDO PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO COMPREENDIDA COMO DIREITO HUMANO. **PALAVRAS-CHAVE:** ENSINO DE GEOGRAFIA; PANDEMIA DA COVID-19; TRABALHO DOCENTE; DEFESA DA CIÊNCIA; SITUAÇÃO GEOGRÁFICA.

ABSTRACT: *THE PANDEMIC OF THE NEW CORONAVIRUS CALLS US TO INNUMERABLE REASONS THAT DEMAND THINKING THROUGH SPACE. FROM THE LOCATION OF THE PHENOMENA, BUT FAR BEYOND, A GEOGRAPHICAL SITUATION IS PRESENTED TO US. IN THIS ARTICLE, WE ARE MOBILIZED BY THE CONSEQUENCES OF THE SANITARY, ECONOMIC AND SOCIAL CRISES THAT THE PANDEMIC SHOWS FOR THE REFLECTIONS OF THE TEACHING OF GEOGRAPHY AND FOR THE TEACHING WORK, UNDERSTANDING THAT, COUNTLESS OF THEM, HAD ALREADY BEEN PUT BEFORE THAT PERIOD. THE ARTICLE IS COMMUNICATED IN THREE SECTIONS, FOLLOWED BY THE CONCLUSION. THE FIRST SECTION IS INTENDED TO IDENTIFY ATTACKS ON THE SCIENTIFIC METHOD AND THE SCIENCES AS AN EXPRESSION OF THE BARBARISM WE EXPERIENCE. IN THE SECOND SECTION, WE REINFORCE THE RECOVERY OF THE CONTRIBUTIONS OF THOUGHT HISTORICALLY PRODUCED BY GEOGRAPHY TO UNDERSTAND THE PANDEMIC EVENT. IN THE THIRD SECTION, THE FOCUS IS ADJUSTED TO THE IMPLICATIONS OF THESE TIMES FOR TEACHING, DIALOGUING WITH NARRATIVES OF BASIC EDUCATION TEACHERS, WHO PROBLEMATIZE EAD AS A RESPONSE TO TEACHERS' ACTIONS, BOTH WITH REGARD TO PEDAGOGICAL PRACTICES AND WORKING CONDITIONS, CONTRARY TO THE ASSUMPTIONS OF EDUCATION UNDERSTOOD AS A HUMAN RIGHT.* **KEYWORDS:** GEOGRAPHY TEACHING; COVID 19 PANDEMIC; TEACHING WORK; DEFENSE OF SCIENCE; GEOGRAPHICAL SITUATION.

INTRODUÇÃO

Jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as áreas de nossa vida: medo do desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do outro. (Milton Santos)

A tradição dos oprimidos nos ensina que o 'estado de exceção' no qual vivemos é a regra. (Walter Benjamin)

UMA GRAMÁTICA GEOGRÁFICA DE TEMPOS SOMBRIOS

Palavras. Isolamento. Quarentena. Contenção. Controle. Mapeamento. Distância. Imagem de uma estudante segurando o cartaz onde se lê “A favela também quer entrar na Universidade. #adiaENEM”. Imagem das valas comuns abertas nos cemitérios de Manaus. Imagem do protesto silencioso em Brasília das enfermeiras no dia do trabalhador, reivindicando condições de trabalho nos hospitais e hostilizadas por “apoiadores” do Governo Federal. Imagens da China como origem do vírus. Carros frigoríficos para transportar corpos em Nova York. Aeroportos fechados. Assombro com ruas vazias. Assombro com ruas cheias. Vídeos das professoras, e suas angústias, nas tentativas de produzir materiais didáticos para as escolas fechadas. Vídeos das imensas filas na porta da Caixa Econômica Federal a fim de retirar o auxílio emergencial. Favelas. Cidade. Centro. Periferia. Geopolítica. Meio ambiente. Territórios. Circuitos. Escalas. Paisagem. Sociedade. Natureza. A gramática do cotidiano que toma os noticiários e a vida dos brasileiros tem sido, mais que nunca, repleta de metáforas espaciais, nos fornecendo pistas e indícios do quanto de conteúdo geográfico permeia a contágio do coronavírus (SARS-CoV-2).

A pandemia parece trazer para o século XXI, e talvez o inaugurado de fato, e nos convoca a inúmeras reflexões e raciocínios que exigem pensar *pele espaço*. Desde a localização dos fenômenos, mas para muito além dela, apresenta-se para nós uma situação geográfica. Analisada

no tempo presente e com todos os limites de compreensão que isso nos coloca.

Nos dedicamos a perceber a Pandemia – naquilo que se configura, a nosso ver, como manifestação do nosso modelo societário – com esforço de compreensão, mas também da manutenção da pergunta. Buscamos torná-la um tempo espaço oportuno para interrogar o mundo que vivemos, para desnaturalizar as desigualdades tão evidentes – embora muito denunciada por vários grupos e movimentos sociais há tanto tempo. Uma leitura como oportunidade, mas denunciando o oportunismo dos que tem, na tragédia que nos abala, toda uma sorte de modelos prontos à disposição do *vírus* mercado, que tudo transforma em mercadoria.

Leituras geográficas desse momento já começam a ser realizadas por intelectuais das mais diversas áreas da nossa ciência, dialogando com o tempo presente, buscando nos espaços do passado, vestígios que anteciparam esse futuro, “elaborando um retrato dos lugares na história do presente” (SILVEIRA, 1999, p. 22) mas também reposicionando a Geografia no debate público, exercendo também como ação política o seu pensar.

Nossa pretensão nesse artigo está expressa em seu título. Estamos mobilizados pelas dimensões e contextos das consequências das crises sanitárias, econômicas e sociais que a pandemia evidencia para as reflexões do Ensino de Geografia, compreendendo que, inúmeras delas, já estavam postas anteriormente a esse período. Ao defender um ensino de Geografia contra a barbárie articulamos uma postura ética que nos posiciona no enfrentamento dos obscurantismos contemporâneos e na perspectiva de um acionar político-teórico-epistemológico apoiado na experiência crítica e fundante de uma concepção de educação que só se realiza se restitui a humanidade do homem. Estamos sendo convocados à interrupção!

Além do aporte teórico e epistemológico apoiado em conceitos e ideias do Geógrafo Milton Santos, principalmente em suas análises que envolvem o meio técnico-científico-informacional

e o processo de Globalização “perversa atual - apresentada como um caminho único, quando, na realidade, é apenas uma maneira de fazer a história” (SANTOS, 2001, p. 07). Walter Benjamin também se apresenta como importante interlocutor nesse artigo, devido aos seus apontamentos teóricos e também em suas propostas de método. O filósofo alemão apresenta em sua obra, principalmente em sua fase mais madura, apontamentos que atacam a ideologia de progresso e linearidade da história. Destaca que, na Modernidade e no sistema capitalista, seja pelas guerras ou pelas tecnologias, é a perda da experiência coletiva – e, por consequência da capacidade de narrar – uma expressão profunda da barbárie imposta pelo projeto burguês.

Mais pobres de experiências comunicáveis, e não mais ricos. [...] Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes (BENJAMIN, 1987, p. 115).

O desencantamento produzido pela aguda vivência do choque que temos suportado com a pandemia, tende a nos anestesiar e emudecer. E se não é só naturalmente que ocorre a disseminação do vírus, tampouco é natural que sejam essas as consequências. Há um modo cruel de vivenciar o tempo e os espaços que nos impelem a isso: os engendramentos do modo capitalista de produção. Se instala aí a barbárie e nossa incapacidade inclusive de reconhecê-la coletivamente como tal.

Denunciada a fragmentação da vida social e privada, compreendida no cerne dos modos de produção do capital, Benjamin recorre a história para propor a tarefa do materialista-histórico em seu tempo: A necessidade de abandonar o ponto de vista dos vencedores. Para isso, apresenta como metodologia *escovar a história a contrapelo*, ou seja, buscar na história, nas perspectivas de classe, a empatia com os

vencidos. Narrar a história do lado de cá. Milton Santos, nos fornece os meios de também levantar as contradições da Globalização, propondo que se adote, geograficamente, como ponto de vista para narrar, as periferias do mundo.

Exposto o tema privilegiado – Ensinar geografia contra a barbárie – o objetivo deste artigo é apresentar reflexões e dialogar em torno de alguns elementos que pedagogicamente a pandemia do coronavírus coloca para a ciência geográfica, para os conteúdos da geografia escolar e para o trabalho docente.

EM DEFESA DA CIÊNCIA E DO MUNDO PÚBLICO

Temos na perspectiva da Geografia a compreensão de que almejar a totalidade dos fenômenos é sempre submeter à relação as partes e o todo, entendendo o segundo não como soma da primeira, mas movimento de unidade na diversidade. Perseguir a totalidade e a integralidade das coisas, imersa na complexidade desses *espaçotempos*, se coloca como condição.

E nesse esteio a ciência geográfica toma para si superações necessárias. Como seguir dicotomizando sociedade e natureza? Como tratar das vulnerabilidades expostas pelo Novo Coronavírus sem recuperar a consciência socioespacial, a integralidade homem-espaço-natureza? (MOREIRA, 2014). Como seguir fugindo dos modos de operar essa totalidade em relação ao cotidiano? Como refundar esse desafio?

Mantendo tais perguntas, seguimos. É comum afirmar-se que o mundo pós-pandemia não mais será o mesmo. Mas o que se acorda como o mundo existente? Com quais olhares e em quais âmbitos esse mundo é identificado? O mundo tal qual parece haver acordo é o do capitalismo, em sua fase neoliberal e rentista, altamente imerso nos processos globais de mercado, e, visto desde o lado de cá, um capitalismo dependente. Esse mundo, já em crise anterior, teve suas fragilidades de respostas às situações do contemporâneo evidenciadas pela disseminação do vírus.

Boaventura de Sousa Santos (2020), em *A Cruel Pedagogia do vírus*, elenca algumas

delas: a crise como permanência, dotando a exceção enquanto normalidade e legitimando a concentração; a consciência do “Nós por nós” que desqualifica a inexorabilidade do individualismo e do capitalismo como única via possível; o ardil da negação da questão ambiental global; o jogo de visibilização e invisibilização dos corpos e sujeitos que sofrem desigualmente, uma vez despida a aura democrática do vírus; ao que acrescentamos a deslocada saudação à existência do público.

Uma pandemia dessa dimensão provoca justificadamente comoção mundial. Apesar de se justificar a dramatização, é bom ter sempre presente as sombras que a visibilidade vai criando. (SANTOS, 2020, p. 8)

Um país periférico e desde as suas próprias periferias, como é o caso brasileiro, se acirrando as desigualdades, desde as realidades que permitem ou não o isolamento social como instrumento de preservação da vida – seja pelos imperativos do trabalho e do sustento, seja pelos perigos nas guerras urbanas policiaescas sobre as nossas favelas, e ainda pela sujeição aos casos de violência doméstica que acometem mulheres, crianças e idosos; ou das mínimas condições de moradias dotadas de saneamento básico; sejam desigualdades expressas no campo educacional, entre os que têm acesso, e qual acesso, a ferramentas que atendam a propostas de ensino que se pretendem à distância, desconsiderando as situações vividas pela maioria das e dos estudantes do país.

Desde aqui – mas não só - também se enfrenta de modo peculiar, além do vírus, além do modo de operar do capital, uma disputa discursiva da doença. Tratada com minimização e desprezo pelo Governo Federal e setores apoiadores, tal qual tratam-se as mortes “aceitáveis dos mesmos de sempre”. Fortemente apoiados numa lógica obscura de invalidação dos modos científicos de responder a pandemia em nome de uma dicotomia (falsa) com a salvação da economia.

A ciência não é desprovida de intencionalidade. Portanto nos parece ainda

pouco bradar que é fato contra narrativa. É preciso reconhecer que sim a ciência, para além de seus recursos de dúvida que são inerentes a sua metodologia, e de suas intencionalidades que podem se divorciar da verdade, que ainda assim é ela – buscada em fontes corretas – que nos oferece hoje um conjunto de possibilidades que resguardam a dimensão do comum, do interesse público.

Defendemos, portanto, que a chamada “disputa de narrativas” se encerra num recalque que tem impelido grupos a exigirem atualizações que vão desde ao questionamento da existência de uma ditadura militar no Brasil a defesa do terraplanismo. Trata-se, para além dos delírios, de se valerem da dúvida que é recurso inerente e legítimo da ciência para causar desconfiança e, em determinadas temáticas, empreender um movimento de reordenamento no campo discursivo dos vencedores. Ou seja, diante dos avanços, ainda incipientes para reparação de dívidas históricas, ou de reações organizadas dos vencidos, pelo viés da banalização.

Concebida como uma ciência do presente, a geografia enquanto disciplina escolar está colocada numa encruzilhada de saberes. Os saberes cotidianos e os saberes produzidos academicamente pela ciência Geográfica estão postos à disposição a fim de que desse encontro emergja a geografia escolar. Nesse sentido, e considerando os tempos sombrios de pandemia de Covid-19, em seus múltiplos efeitos e desafios para a Educação brasileira, nos dedicamos a compreender como tal evento pode ser compreendido a luz do aporte e do instrumental que a geografia dispõe, visando um caminho político, teórico e metodológico que conduza a reflexões que evidenciem modos eminentemente espaciais de leitura de mundo contra a banalização da vida.

O QUE PODE O ENSINO DE GEOGRAFIA ATRAVESSADO PELA PANDEMIA DA COVID-19?

São inúmeras as pesquisas em Geografia Escolar nos últimos anos que se dedicaram a

apontar um “para que serve” a geografia como componente curricular da escola básica. Tal processo pode ser indagado quanto à sua validade, se corrobora com a perspectiva pautada no utilitarismo de que uma ciência só é considerada válida caso responda de imediato a uma problemática objetiva e pronta, dos pragmatismos que banalizam o espaço. No entanto se, diferentemente dessa abordagem, se inscreve nas tentativas de ensaiar um ensino de geografia significativo, com atributos de sentido à vida cotidiana, e em movimento de produção de conhecimento a partir da leitura e consciência espacial, configura-se como um horizonte potente para tensionar o tão denunciado caráter mnemônico e enfadonho da educação geográfica.

Evidentemente vivenciamos hoje, com a pandemia da Covid-19, um fenômeno característico da Globalização, inclusive na sua forma mais perversa, como definida por Milton Santos (1996), para os trabalhadores, para os periféricos. Prova disso, é que tenhamos, primeiramente uma contaminação entre as pessoas das classes mais abastadas e que usufruem efetivamente dos meios para traçar roteiros de viagens e negócios no exterior, para depois termos a efetiva contaminação comunitária, onde a população mais vulnerável passa a ser infectada.

A noção de evento na geografia, amplamente estudada por Milton Santos nos parece fértil para significar junto a pretendida totalidade que se coloca como defesa nesse texto, à cotidianidade que o atravessa. A ciência geográfica tem no sistema de objetos e ações (SANTOS, 1996) uma forte teoria que nos permite pensar eventos, como a pandemia, como situações geográficas. Para Silveira

Os eventos criam, de um lado, uma continuidade temporal, susceptível de ser cindida em períodos significativos e, de outro, uma coerência espacial que é dada pelos sistemas de eventos nos lugares. Constrói-se, a cada momento histórico, uma extensão dos fenômenos no lugar, que

é uma manifestação da coerência do real.
(SILVEIRA, 1999, p. 22)

Ao tomar materialidade, se geografizando no lugar, um evento se constitui numa situação geográfica que, sendo provisória, passa a evidenciar pares dialéticos que desvelam a unidade na multiplicidade. Seguimos com Silveira

A situação é criação e recriação da contradição num contexto. Daí a possibilidade de encontrar pares dialéticos como o mercado e o Estado, o novo e o velho, o interno e o externo (SANTOS, 1985, 1988), que em cada situação se recriam com novas oposições entre regulação e a chamada desregulação (que é uma neo-regulação), consumo e cidadania, conservação e inovação, abertura e protecionismo, ações normatizadas e ações rebeldes, globalização e projetos nacionais, globalização e xenofobia e tantas outras.
(SILVEIRA, 1999, p. 26)

Transformar o vivido, o observado no imediato e buscar na tradição científica da geografia instrumentos que permitam desvelar o que está sendo visto, voltando renovada e refletidamente ao olhar, se traduz na produção de um raciocínio espacial, numa experiência geográfica. É nesse sentido que o conhecimento geográfico escolar pode partir de questões que atravessam suas diversas áreas e se reorganizar enquanto currículo que parte desse vivido, e desde as práticas sociais na urgência da contaminação planetária pela Covid-19.

No par consumo e cidadania, como pensar a cidade, e sua condição que não é natural, como uma mercadoria, e ao mesmo tempo lugar da produção, da vida e do desejo nesse momento? O acesso à cidade, cindida e desigual, imprime hoje uma condição consumidora e/ou cidadã, iluminada pelo conceito de trabalho que a constitui? O que atravessa o direito de não fazer nem consumir a cidade em tempos de Pandemia?

No par abertura e protecionismo, quais ações denunciam uma dependência da produção externa como fragilidade inclusive das potências mundiais? Quais os desdobramentos e impactos dos casos chinês e estadunidenses em suas ferozes dinâmicas econômicas pós-pandemia?

E como seguem se realizando os fluxos de mercadorias e pessoas? Como se desenharão as novas orientações e legislações migratórias e seus contornamentos? Seguiremos observando as migrações de retorno que estiveram latentes nos últimos meses? Nos parecem questões profícuas quanto ao par globalização e xenofobia.

E no mundo do trabalho? Quais compreensões para os movimentos de contestação por condições de trabalho, em plena pandemia, pelos entregadores em suas motos, os mais uberizados entre os uberizados, com praticamente inexistente proteção trabalhista? Como as ações rebeldes na questão indígena e no campo são altamente reivindicatórias de ações normatizadas?

Dialeticamente pensando o par conservação e inovação, o campo educacional se apresenta como um potente articulador. Ou não são altamente conservadoras de algumas concepções educativas às medidas orientadas pelo Banco Mundial para a adoção do Ensino Remoto para o Brasil?

Inúmeros exercícios podem ser propostos pelos professores de Geografia, nos pares sociedade e natureza – com o levante das discussões, por muitas vezes romantizadas nesses tempos, indicando a mitigação da poluição enquanto índices de diversos crimes ambientais não cessaram, Estado e mercado – na penetração constante das organizações privadas nas instituições públicas etc.

Nessa seção nos dedicamos a pensar a Pandemia da Covid-19 como uma situação geográfica - pois disposta por um conjunto de relações, *um nó de verticalidades e horizontalidades* (SILVEIRA, 1999), entre pontos contínuos no espaço dado pela incisão das técnicas e tecnologias nos territórios mas também em ações locais possivelmente resistentes -

visando apontar caminhos de um modo de operar com o conhecimento e o conjunto de saberes desse momento histórico, dotando de sentido a geografia escolar nesses tempos.

NARRATIVAS DOCENTES DO TRABALHO EM MEIO A PANDEMIA

O processo brutal em escala planetária evidencia também, entre tantos outros aspectos, o campo educacional em disputa, desde sempre e agora como nunca, por setores da sociedade que percebem na escola pública um território de construção e tessitura de uma humanidade possível. Uma humanidade que resguarda o acumulado e, portanto, poderia conservar, em sua função social, todo um corpus que atende ao sistema capitalista de produção, onde essa escola está mergulhada e pelo qual sempre está sendo assediada. Mas também uma humanidade que acolhe o novo, a crítica, o inesperado, o que não se controla. Sendo, desse modo, um lugar de compreensão dos instrumentos de leitura das realidades e potencialmente interventora, se formar para a transformação do mundo.

A crise – que ao se estabelecer como permanência e assim, por si mesma se colocar em contradição – anuncia-se como pretexto, ou oportunismo, para que a sanha em consolidar também no sistema público brasileiro, a Educação como uma mercadoria, fetichizada sobretudo hoje em uma pseudoneutralidade e determinação das novas tecnologias da educação, usadas como ferramentas propulsoras do Ensino à Distância. Ensino e não Educação, uma vez que a segunda, como direito humano universal e cuja concepção atravessa os processos de humanização do homem, tem a presença física e os processos de afetação como sua condição.

É estarrecedor como logo após o início da pandemia já haviam soluções educacionais aos desafios que o distanciamento físico e o isolamento social impunha às escolas brasileiras. As perguntas sequer haviam sido formuladas, mas as respostas já estavam dadas, à disposição para a compra. A lógica produtivista, individualista,

competitiva e excludente, que disputa o campo educacional não podia dar tréguas: lancem as/os estudantes para as Plataformas! Acionem computadores, tablets e celulares, não permitam o ócio, tempo é dinheiro!

Num misto de apelo ao papel redentor da escola, salvacionista do professor e tutelar às famílias e estudantes desprovidos de vida que não seja a escolar. Não demoram a surgir relatos e controvérsias, em todos os âmbitos, dos problemas que incidem sobre a educação ao ser deslocada, no pior dos sentidos, para o território dos improvisos.

Nessa seção pretendemos dispor de narrativas que, vindas de professores que atuam no chão da escola e foram lançados à obrigação de atuar defronte às telas, nos comunicando uma história à contrapelo. Um ensino, e um ensino de geografia, contemporâneos e narrados pelos “vencidos”. Os despojados do direito de avaliar, de pensar para dizerem não, ou sim. Tentamos ensaiar, diante de tais narrativas, desafios políticos, teóricos e metodológicos, acompanhando os processos de ensino a que nossos interlocutores estão submetidos.

Antes de falar da empolgação e das construções positivas durante o isolamento social e as atividades que propus à distância, cabe refletir acerca do desânimo e do amargo. Daquilo que causa e causou desconforto. Vou tentar organizar de forma objetiva, sem muitos rodeios. A primeira questão que incomoda tem a ver com o fato de que algumas demandas passaram a ser assumidas por professores e estudantes. A escola paga seus professores por hora/ aula. Uma relação muito comum entre profissionais e contratantes. Existe até uma expressão para esse tipo de contrato: “Aula dada, aula paga” Sem receber nenhuma vantagem o professor passou a ter que usar a sua internet, o seu celular, seu computador pessoal e quais outros recursos tiver a disposição para produzir conteúdo para as atividades remotas. As escolas de

modo geral não ofereceram nenhum tipo de capacitação, remuneração por planejamento e execução de tarefas que antes não faziam parte da nossa rotina. Eu trabalhei com audiovisual por mais de 10 anos e tive dificuldades para produzir conteúdo. O celular, velhinho, não deu conta de salvar os vídeos de todas as turmas. Era preciso gravar, fazer upload e apagar o arquivo para liberar espaço. E às vezes perdia tudo. Precisei gravar o conteúdo repetidas vezes pois o programa de edição que eu podia usar num computador também velhinho não reconhecia o formato do arquivo digital criado pelo celular. Nada disso foi levado em conta no cálculo das horas/aula. Assumimos a função de youtuber, roteirista, cinegrafista, iluminador. Usei recursos próprios para consertar um aparelho melhor que havia quebrado a tela durante o carnaval. Arquei também com o custo do aumento da velocidade da internet de casa, que passei de 5MB para 25MB de modo a permitir uma conexão melhor para as atividades. Em tudo isso a escola se manteve alheia. Como não sendo uma questão que ela devesse se envolver. Acredito que muitos professores passaram pela mesma situação. (Tadeu)

São muitos os estudos que tem se dedicado a destacar, diante de todas as transformações que o mundo do trabalho vem sofrendo, especialmente nas últimas décadas, a precarização do trabalho docente. Em níveis objetivos e subjetivos, como a narrativa acima nos aponta. Que vão desde os baixos salários, aos avanços de processos como terceirização, contratações temporárias, uberização, perda de vários direitos conquistados após muitas lutas, ampliação da degradação das condições laborais, até a subordinação às regulações cada vez mais pautadas por normas internacionais, que como bem lembra o geógrafo Milton Santos são na verdade: estrangeiras.

Nesse bojo, professores são cooptados a permanecer numa eterna predisposição a

adaptação, a se dedicarem com seus próprios custos a realizarem tarefas que não foram formados para exercer, a se dedicarem a forjar e operacionalizar em seus espaços privados de vida, seus espaços de trabalho. Condição muito mais limitante e tensa para as mulheres, cujas lógicas sociais impelem desde sempre aos cuidados, com os mais velhos, com as crianças, com o outro. E ainda, sob o medo e forte assédio, os professores dispersos tem dilaceradas sua capacidade organizativa enquanto categoria. Instabilizadas/os econômica e psicologicamente a fim de garantir o trabalho.

Eu tenho muitas turmas de Ensino Médio no Estado. Estou usando lá a Plataforma. Todas as turmas têm em média 40, 45 alunos. E a minha mais participativa hoje, uma das de Terceiro Ano, terceiro ano (!) tem em média uns 6 alunos que efetivamente usam a ferramenta, acessam e dão algum retorno. Outro dia, uma aluna me chamou pelo facebook, eu tenho página da disciplina no face, com as turmas. Me chamou sexta à noite, para pedir ajuda, não estava conseguindo acessar alguns conteúdos, estava perdida. Aí fotografei todo o material e fui enviando para ela. [...] acho complicado, não ter a presença física e cativar. É isso que faz a educação, nosso olhar, nosso toque, a entonação, é diferente de falar por uma tela. Por mais que eles gostem de mexer com as tecnologias, num momento como esses é complicado, o que ser quer é gente. (Cristina)

A Plataforma que o município está utilizando (Microsoft Teams) é pior que a do Estado (Google Classroom). E os cursos online para os professores acessarem a Plataforma são horríveis. Parece que foi tudo feito sem planejamento. E a Prefeitura pagando para esses webnários. Mais despesas desnecessárias que só demonstram o tão grande será a exclusão tanto de alunos quanto de professores. As minhas turmas em

média têm 50 alunos, participam no máximo 20. E não são constantes. Eu não estou dando nenhum conteúdo programático. Posto muitos vídeos, que acho interessantes sobre energias alternativas, sustentabilidade, novas tecnologias. Não acho justo massacrá-los com uma coisa que sei que não é correta. (Ana)

A faceta já sinalizada acima, da imersão da Educação brasileira num conjunto decisório de organização curricular que estão para além dos limites territoriais, tem por ocasião da pandemia uma certa confluência com a nota do Banco Mundial¹, que intenciona orientar o fazer educativo planetário nesses tempos. Uma vez tomadas as decisões de fechamento das escolas como medida necessária de isolamento social, grupos empresariais que espreitam formas de tomar parte do público, com modos de privatização que miram a gestão, se assanham.

Uma fissura que os chamados reformadores empresariais da Educação (FREITAS, 2012) já buscam há algum tempo, inclusive em projetos como a Reforma do Ensino Médio, que em seu texto inicial tentou - mas sob forte pressão recuaram - passar a realização de 40% do curso à distância, tentam realizar a EAD na Educação Básica Nacional. Tais iniciativas passam a receber nomenclaturas: ensino remoto, mediação tecnológica, mas tem em comum Plataformas tecnológicas, normalmente de grandes corporações, que se colocam a disposição das Redes Públicas de Ensino para que se realize a ocupação do tempo escolar.

A principal argumentação que se tem levantado para enfrentar tal problemática está situada no debate do aprofundamento das desigualdades pela imensa exclusão digital da maioria dos estudantes desse país, além das premissas das conformações de família e dos modos de sobreviver e morar, que invisibilizam crianças cuidadoras, adoecimentos hoje muito maiores nas periferias, número de moradores e cômodos nas casas.

Segundo a pesquisa sobre acesso à tecnologia, com dados de 2019, obtidas no Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC)² em áreas urbanas 70% dos domicílios estão conectados, índice que é de apenas 44 % em áreas rurais. Tomando o recorte de classe social para tratamento dos dados as desigualdades ficam ainda mais evidentes: para as chamadas classes A e B, o índice de conexão é de 96,5%. Já nas classes D e E, 41% tem sinal de internet. O órgão de pesquisa ainda aponta de nos grupos cuja renda é inferior a um salário mínimo, 78% só tem acesso a internet através dos aparelhos de celular.

Poderíamos estender o debate acerca dos acessos precários, aos pacotes de dados consumidos pelas plataformas educativas acionadas. Mas esse conjunto de informações já são suficientes para indicarmos algo central: a negação do direito mínimo a esse sistema improvisado da imensa maioria dos estudantes, como as professoras denunciam nas narrativas. E, ainda que acessem, tais mediações, precárias e que drenam recursos públicos, aprofundam drasticamente as desigualdades no campo educacional.

Num mundo cada vez mais dominado pela técnica, considerada como autônoma, e pelo mercado, considerado como irresistível, a técnica e o mercado estão se impondo como baluartes da produção e da vida, e penetrando assim, nos fundamentos do ensino. (SANTOS, 2001, p. 02)

Nosso outro interlocutor de destaque, Walter Benjamin (1987) também se dedicou em seu tempo a medir e refletir os impactos da técnica, envolta numa pretensa neutralidade, estar articulada com a perda do sentido da vivência social. Fez uso inclusive de uma de suas alegorias mais contundentes: o autômato, destacado pelo mecanicismo, pela repetitividade e pelo esvaziamento das realizações de atividades. E, vejam, alertava que quando essa incapacidade se torna aflorada, o terreno para

o fascismo está dado, percebido inclusive na ampliação de tantas formas de controle via manipulação de meios de comunicação, aplicando eficientemente a violência.

Ainda refletindo nas interfaces entre a docência e o mundo das técnicas que já interpelava a educação, Milton Santos acrescenta que

Outro risco que ameaça o professor, separando-o da possibilidade de também ser um intelectual, é o de oferecer um ensino fragmentado, portanto acrítico. Todo o ensino que é separado da história, isto é, do mundo como atualmente ele é, não supõe crítica. Então, por mais que apareça como sendo renovador, ele é repetitivo. (SANTOS, 2001, p. 08)

A concepção de Educação que permeia todo esse processo não pode ser uma questão secundarizada pela urgência, tantas vezes apresentada em relatos disponíveis em tantos meios, como farsa. Qual a concepção de educação embutida nessas diversas versões de EAD forjadas em meio a Pandemia? A quem elas efetivamente interessam? Encerram-se nas metodologias os debates acerca da qualidade da Educação? Não é tempo de tratar de “qualidade da Educação”, seja lá em qual perspectiva se assuma o tema?

[...] Com o caos instalado na saúde, no cenário político e na economia do Brasil, nós professores, ainda teríamos que pensar e nos reinventar para promover a educação. E como fazer isso, se nossa sociedade é tão heterogênea e não tem as mesmas “facilidades” mesmo em escalas tão pequenas? Que tipo de ensinar e aprender seriam estes, no momento em que a maior preocupação é em si manter vivo? Essa nova forma de se fazer educação (online) está longe de ser homogênea em nosso país. Enquanto em alguns lugares os alunos não tem nenhum tipo de apoio, em outros são massacrados com um número absurdo

de tarefas que se tem que dar conta. E nós professores? Não está sendo fácil, viu?! A minha experiência está sendo a seguinte: Em um primeiro momento, enquanto via minhas colegas de profissão da rede privada sendo massacradas com exigências absurdas e abusos psicológicos, a secretaria de educação do Município não fez nenhum tipo de exigência ou algo do tipo. Apenas na segunda semana começou a liberar um material complementar para os alunos da orientação de como deveríamos proceder e nem de como iríamos “comprovar” nosso home office, e simplesmente do dia para a noite essa cobrança chegou. Diante de tudo o que foi relatado acima, o sentimento que toma conta de mim, é o da incerteza. Essa em todos os patamares da nossa sociedade, educação, saúde e política. (Marina)

[...]. Em 2020 a escola tem um total de cerca de 35 alunos apenas. A escola atende do sexto ano do fundamental ao primeiro ano do ensino médio e desenvolve atividades no contra turno, sendo uma escola de tempo integral. Se são poucos estudantes no total, as turmas então! O 9º ano tem apenas 4 estudantes! [...] dou aula para todas as turmas eu venho trabalhar numa perspectiva onde busco ferramentas para que o estudante se reconheça protagonista do processo de aprendizado. Em sala de aula procuro mesclar aulas com exposição de conteúdo com propostas de atividades práticas e de pesquisa. Resolvi trazer para as atividades remotas a mesma lógica, deixando explícito para a turma a perspectiva de - ainda mais no atual contexto - são eles que estão no comando. Eles devem criar uma rotina de estudos, aprender diferentes técnicas de revisão de conteúdo e pesquisa. Iniciei as atividades remotas com atividades que faziam esse tipo de provocação. Sugeri a organização de um calendário/agenda para não se perderem nas atividades, estimei que buscassem

um cantinho para o estudo diário. Cada atividade proposta, além de buscar aferir se o conteúdo debatido/proposto tinha sido assimilado, tinha também o objetivo de entender como os estudantes lidam com a tecnologia, se sabiam enviar e-mail, se sabiam anexar arquivos, salvar em diferentes formatos. Na medida que fui percebendo as dificuldades, tentava auxiliar. Orientando criação de e-mails, orientando baixar aplicativos, anexar arquivos. Fui sentindo também a necessidade de mais recursos. Na “primeira fase”, que durou um mês, quando eu ainda não usava a plataforma do Google Meet, senti falta de um globo para auxiliar os estudantes na compreensão dos conteúdos do 9º (Europa) e 1º ano (Cartografia). Produzi um globo improvisado com uma bola de isopor e tinta guache. A confecção do globo me deu uma ideia para quando estivermos de novo em sala de aula: Vamos produzir globos em sala. Usar isso para entender juntos as distorções das representações cartográficas no plano, usar isso para “apresentar o mundo”, os continentes, seus contornos... Ideias para o futuro. (Tadeu)

A autonomia Pedagógica nos salta como algo sob intenso ataque diante das narrativas que chegam. O termo utilizado na maioria delas sequer é professor. Passamos a mediador, articulador, tutor. E o que muda quando muda o nome? Nossos debates acerca da concepção de docência apontam há tempos que ela só se realiza em sua completude quando ancorada também na pesquisa. Quando os territórios da docência e da pesquisa se articulam e o professor não cessa de analisar, organizar, comparar, sintetizar, lançar novas perguntas, como princípios de seu trabalho. Quando seu olhar acostumado da experiência no magistério é desconfortado pela dúvida da pesquisa. Quando seu olhar interrogador da pesquisa é alimentado pelos saberes de experiência feitos (FREIRE, 1987).

Na defesa das condições combinadas para que a Educação Pública siga se realizando

como lugar das diferenças, mas de disputa pela diminuição das desigualdades, nos parece que as narrativas fornecem pelo menos duas pistas: o caminho da inventividade, e são sempre também relatadas experiências potentes seja em quais contextos em que professores sejam lançados, e a urgência da realização de pautas históricas: número de alunos por sala, pagamento por tempo de planejamento etc.

Há ainda outra questão que não é de fundo: quando as aulas se realizam para além da repetição de livros didáticos e apostilas – tática acionada por muitos docentes a fim de fazer o que se pede - de quem é a autoria dessas aulas? Em tempos de tantas ameaças do fazer docente em armadilhas de controle e cerceamento da liberdade de ensinar, mergulhadas em desqualificação do professor e estratégias fascistas de discursos, quem protege os docentes? Ou passaremos a ter as ações de autocensura dos próprios docentes mediante a inevitável exposição?

Em uma busca na página do Facebook do Programa Escola Sem Partido³ já aparece farto material, com inúmeras postagens que atuam sob o viés do denunciamento, a partir de aulas gravadas e atividades propostas nas mais diferentes Plataformas, indicando inclusive tipologias de processos penais a serem aplicados mediante a interpretação se as temáticas abordadas semeariam discórdias nas famílias, portanto configurando, segundo a página, alienação parental. Os ataques se direcionam a toda e qualquer abordagem crítica aos tempos da Pandemia e há inclusive por lá celebração de demissão de professores graças a disponibilização digital das aulas.

Os elementos reunidos nessa busca pela página do Escola Sem Partido, no conjunto de atividades mediadas tecnologicamente, permeados de discurso de ódio e de desumanização dos professores, e toda a sorte de ataques ao trabalho docente exposto, apontam que os contextos da barbárie parecem se alargar e espriar para todas as esferas do mundo público. O que se apregoa como uma pretensa autonomia que as mediações tecnológicas realizando aulas

à distância provocariam, seja ao docente ou os alunos, se realiza como autonomizações, muitas vezes desarticuladoras da Educação enquanto prática social.

O mundo público no qual a escola se coloca, como todas as suas contradições e limites, como possibilidade está sob ataques em frentes diversas. É possível fazer escola sem escola? É possível ensinar criticamente geografia, cujas metodologias referem-se, sob prismas vários, de valer-se das práticas sociais, das realidades, dos cotidianos vividos pelos estudantes engendrando movimentos que levem a abstração, ao conhecimento geográfico produzido e acumulado, voltando ao concreto pensado, à prática espacial (COUTO, 2011), sem a experiência, o sentir, o narrar?

Se o espaço é, para nós da geografia, o quadro que dá sentido, uma vez que se configura simultaneamente como substrato das práticas sociais e condição de sua existência, o lugar é o espaço sensível, de um cotidiano compartilhado e assim localização da coexistência e do conflito. Ao redimensionar a condição pública da escola entendendo-a como lugar comum, vemos nela instalar-se o paradoxal compromisso docente: cuidar de fazer durar o mundo, renovando sua herança pública. (ARENDRT, 2011)

Os ataques que atingem a ciência, os conteúdos escolares e os professores – anteriores, mas potencializados na Pandemia Covid 19 - fazem com que percamos nosso senso-do-comum e essa dimensão da formação para o mundo público.

A QUEM SERVE A SUA GEOGRAFIA: CONCLUIR COMO ABERTURA

*Eles combinaram de nos matar, mas nós
combinamos de não morrer
(Conceição Evaristo)*

Pandemia. Direitos negados e perdidos. Condições miseráveis de trabalho. Superexploração. Espólio. Desorganização e baixa consciência de classe. Teletrabalho. Homeschooling como

assombro. Instabilidade emocional e financeira. Avaliações externas. Gerencialismo. Assédio. Privatização. Adoecimento. Exigência de adaptabilidade. Baixo reconhecimento. Perseguição. Baixos salários. Exposição. Tempo exíguo para formação e planejamento. Classes superlotadas. Construção dos professores como inimigo a ser combatido. Construção do professor como funcionário privilegiado.

O risco está dado. Milton Santos (2001) ajuda a pensar para além do combate às tiranias do mercado e do dinheiro, expresso ainda hoje e mais que nunca num absolutismo das técnicas, o magistério configura-se num exercício de coragem. O corpus da barbárie para a leitura da docência está identificado.

Ensinar geografia contra a barbárie exige essas identificações, exige recuperar seu instrumental de análise para ir além da localização dos fenômenos, construir um *por que do onde* (GOMES, 2010). E hoje, mais que nunca exige também tomar partido, exige considerar as relações todo e partes, vistas do lado de cá. Escovar a história a contrapelo exige uma geografia em ato, que só se realiza com geo-grafias (PORTO GONÇALVES, 2002), formas outras de marcar os espaços e evidenciar territórios epistêmicos que nascem anticapitalistas, antifascistas, antirracistas e antipatriarcado.

A disseminação da Covid-19 trata de ser aproveitada como vivência do caos, para levar de volta ao lugar marcado nas estruturas de poder “os dispensáveis”, os “invisíveis”, “os que sobram”. Confiná-los não nas proteções das casas que tantos sequer tem, mas confiná-los no abandono, servindo-se ainda mais despudoradamente da necropolítica para os “ninguéns”. Esse mundo, repleto de indiferenças, desigualdades e contradições, é o que vem se apresentando a nós. É ele a realidade que mediatiza a Educação das pessoas.

O mundo que nos cerca não é apenas, uma criação do espírito; ele existe concretamente. É dele, pois, que devemos partir para construir outra coisa, isto é, outro

mundo. Será um equívoco colocarmo-nos de fora do mundo, a pretexto de criticá-lo.
(SANTOS, 2001, p. 02)

Em sua imensa maioria são esses que habitam conosco da Educação Pública desse país, e nos convocam a pensar o ensino, e o ensino de Geografia, como nosso campo de militância profissional e teórica. Assumidos os riscos, mas compreendendo que essa é a tarefa necessária para desse mundo, das ações históricas e geográficas de suas análises, inventar modos de que o presente expandido, permita combater a barbárie que se instala, e que novos mundos sejam apresentados. Devires do mundo que já existem e por coexistirem tem na Geografia a ciência que os evidencia, pois coexistência é condição espacial.

Em sua obra, Walter Benjamin (1987) responde a barbárie de forma dialética, adensa a concepção de uma nova barbárie. Pois ela impele os sujeitos a seguir, a construir com pouco, e começar de novo. Expõe o novo bárbaro como contradição e não oposição. Num trabalho que, se não há experiência comunicável, já não bastando descrever, só resta a transformação, a busca pela reparação que, por fim, é a emancipação dos subalternos.

As lógicas de grupos subalternizados e atacados, como os indígenas, os quilombolas, os trabalhadores do campo, que seguem exibindo como outras alternativas as relações sociedade natureza, ao consumo, as redes de sociabilidade são possíveis, são expressões desses mundos possíveis. Bem como as ações de solidariedade comunitárias que se expandem nesses tempos são potências desse devir. O mundo pós-pandemia já está em disputa.

NOTAS

¹ Cf. Nota Banco Mundial: <<http://pubdocs.worldbank.org/en/413781585870205922/pdf/POLITICAS-EDUCACIONAIS-NA-PANDEMIA-DA-COVID-19-O-QUE-O-BRASIL-PODE-APRENDER-COM-O-RESTO-DO-MUNDO.pdf>>. Acesso em: maio 2020.

² Cf. Pesquisa TIC Domicílios. Disponível em: <https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

³ Cf. Página Oficial do Escola Sem Partido: Disponível em: <<https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/>>. Acesso em: 25 maio 2020.

REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COUTO, Marcos Antônio Couto. Método dialético na didática da geografia. In CAVANCANTI, L. S.; BUENO, M. A.; SOUZA, V. C. (Org). **Produção do conhecimento e pesquisa no ensino da geografia**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 13-42.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 33, n. 119, 2012.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?: Por uma epistemologia crítica**. 2ª ed., 2ª reimp. São Paulo. Contexto, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther y SADER, Emir (Comp.). **La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 217-256.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O professor como intelectual na sociedade contemporânea. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 2, n. 19, p. 4-9, 2001.

SILVEIRA, María Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Território**, LAGET/UFRJ, v. 4, n. 6, p. 21-28, 1999.